



Loyola: investidores institucionais terão acesso ao mercado de futuros, só não há prazo para isso

Institucionais terão vez

O próximo grande passo do mercado brasileiro de futuros deverá ser a sua abertura para os investidores institucionais, que têm uma participação expressiva nos mercados de outros países mas que, no Brasil, ainda não receberão sinal verde das autoridades para tanto. O anúncio dessa perspectiva foi feito durante o Seminário pelo próprio representante da presidência do Banco Central, Gustavo Loyola.

Loyola, que representou o presidente do BC, Fernão Bracher, impossibilitado de comparecer ao evento, explicou que não existe ainda uma definição de prazo para a abertura do mercado de futuros para os investidores institucionais e que a demora de uma decisão a respeito prende-se à maior responsabilidade das autoridades com as aplicações de recursos nem sempre captados de forma voluntária.

— O mercado de futuros experimentou no Brasil um crescimento notável no último ano — acrescentou Loyola, lembrando que o modo como ele se tem desenvolvido é de certa forma diferente

do verificado em outros países. Como ele próprio recordou, o brasileiro está sendo impulsionado desde o início pelas operações com ativos financeiros, enquanto nos Estados Unidos, quando isso ocorreu, as operações com commodities já eram comuns há mais de um século.

O chefe do Departamento de Normas do Mercado de Capitais do Banco Central também revelou que há disposição das autoridades financeiras de interferirem nesse campo o mínimo possível, o que implica privilegiar a auto-regulação da atividade. Disse, porém, que cabe ao BC zelar pela boa forma dos contratos para que sejam realmente cumpridos os regulamentos das bolsas e das câmaras de compensação.

Após salientar que o Governo atribui “grande importância” ao mercado de futuros pelo que ele é representado como fator de tranquilização dos agentes econômicos, Loyola manifestou a esperança das autoridades brasileiras de que, como acontece nos Estados Unidos, o mercado de futuros brasileiro passe a também dar ênfase às operações de longo prazo.